

**HISTÓRIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DE LIMA
BARRETO**

Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba
jomarricardo@uol.com.br

RESUMO

Lima Barreto (1881 – 1922) legou-nos uma obra que revela aspectos variados da sociedade brasileira, referentes às duas primeiras décadas do século XX. o nosso objetivo é compreender, através de indícios presentes na obra deste escritor, como se efetivava a educação das mulheres, no início do século XX, para a consecução da diferenciação histórica das relações de gênero. Justificamos o recorte em razão da periodicidade da divulgação da obra de Lima Barreto, ter começado em 1900, com a publicação das crônicas em jornais, até a sua morte em 1922. Neste trabalho procura-se compreender as concepções de História, relações de gênero e educação abordadas em suas obras ficcionais e jornalísticas. Utilizamos como fonte de pesquisa romances e crônicas com a finalidade de realizar uma reconstrução das noções mencionadas. Para uma interpretação das categorias previamente selecionadas, recorreremos aos conceitos de disciplina, habitus e memória. Concluimos que o autor possuía, além de uma visão particular da história, idéias a respeito de educação que, conseqüentemente, incidiam sobre as relações de gênero. Deste modo, podemos compreender a educação como a forma que uma sociedade dispõe de mecanismos de reprodução, na medida que os indivíduos os internalizam, implicando na prática de ações rotineiras e na aceitação de valores como naturalizados. Todavia, os indivíduos não são simples reflexo da estrutura social, podendo com seus atos transformá-la. Concernente a polaridade educação - gênero, a educação é o processo que articula o indivíduo e a realidade social com a finalidade de, historicamente, reproduzir as diferenças entre homens e mulheres.

Palavras – chaves: História – Relações de Gênero - Educação

Lima Barreto afirmou certa vez que seus escritos eram capítulos de suas memórias (BARBOSA, 2002, p.29). Nessa declaração constata-se um perfil do escritor que deixa *rastros* para que a posteridade possa conhecê-lo, seguindo as marcas dos seus passos, a fim de desvelar os segredos que a sociedade do seu tempo esconde.

Nele memória e história estão intrinsecamente relacionados ao recordar-se do dia em que seu pai chegou em casa dando notícia da aprovação da lei da abolição e das sensações que o acontecimento provocou no seu espírito de criança: “agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço” (BARRETO, 2004 a, p. 77). Desse momento, em 1911, no jornal *Gazeta da Tarde*, Lima Barreto escreveria suas memórias do dia 13 de maio de 1888, recordando-se da alegria das pessoas e dos dias de folgança que se seguiram.

Aparentemente contraditório, em outro momento, o autor afirmou não gostar do passado. “Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos” (BARRETO, 2004 a, p. 100).

O autor revela uma preocupação com o fato do passado estar relacionado com o presente, e que este se mostra profundamente tributário daquele. A ordem social em que se vivia era uma reprodução, se não da mesma realidade de outrora, ao menos das suas injustiças.

Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconsciente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina a nossa taxinomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo; ainda são as idéias da nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, acolá, que governa, não direi as idéias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado; mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos (BARRETO, 2004 a, p. 100).

As instituições sociais estavam presentes na elaboração de normas a permear a interdependências entre os indivíduos. Nas relações políticas, entre grupos sociais diferentes, preponderava a força daqueles que detinham o poder de elaborar leis autoritárias. O passado ainda impunha o tipo de relações nas famílias e entre homens e mulheres. Se não as idéias, o passado determinava os sentimentos dos indivíduos.

Recobrar os fatos pela memória não significa retomá-los em inteirezas, tal qual foram vivenciados. Lembrar o passado é reconstruí-lo sob as condições do presente. A

memória é uma construção estabelecida pelas circunstâncias da atualidade de quem se lembra, em uma determinada contextualidade sócio-histórica. Halbwachs faz uma análise importante, afirmando que:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alteradas. Certamente com alguma de nossas antigas, (sic) impressões a lembrança se distinguiria, por definição, dessas idéias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada, pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Lima Barreto tinha consciência da imprecisão do que lembrava, quando daquele momento dizia pouco se recordar, a não ser lembrar, dizia ele, de ter assistido a missa em companhia do seu pai no Campo de São Cristóvão. Daquele instante, a memória trazia aos seus olhos a imagem da primeira missa do quadro de Victor Meireles. A sensação experimentada “Era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez” (BARRETO, 2004 a, p. 77). O interesse que Lima Barreto tinha pelo passado e pela história em parte se materializou em seu personagem Gonzaga de Sá, do livro *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* (1956).

Ele era um narrador de abundantes histórias da cidade. Andava a passear fumando pelas ruas com a bengala, observando as mudanças que o tempo deixava nas casas e sobrados. Estava preso à saudade de sua infância e juventude. Pelos conhecimentos que tinha, dava

Gosto ouvi-lo sobre as coisas velhas da cidade, principalmente os episódios tristes e pequeninos. Com uma memória muito plástica, de uma exatidão relativa mas criadora, ele não tinha securas de foral, de cartas de arrendamentos ou sesmarias, nem tinha inclinação por tais documentos; e animava a narração pontilhado-a de graça, de considerações eruditas, de aproximações imprevistas. Era um historiador artista e, ao modo daqueles primeiros poetas da idade média, fazia história oral, como eles faziam as epopéias (BARRETO, 1956, v. IV, p.64).

A personagem Gonzaga de Sá é apresentada pelo narrador como uma pessoa notória pelo apego ao passado. Significativos são as características que possui ao contar

suas histórias. Tinha uma memória plástica, versátil, que não se importava em contar os fatos como realmente aconteceram, apesar de considerá-los quando desfiava suas histórias. Sua narração prendia os ouvintes em função da criatividade, fruto de uma imaginação fértil, mas ponderada, quando confrontada com a realidade. Ao contrário do historiador positivista, não relevava em demasia os documentos – “cartas de arrendamentos ou sesmarias, nem tinha inclinação por tais documentos” – mas fazia da História uma arte de contar o passado.

A memória não está cristalizada como objeto acabado no passado, em uma realidade empírica, independente do indivíduo que rememora. Também não residem nela os acontecimentos vivenciados em completude, registrados e retidos no inconsciente, prontos para serem lembrados quando acionados. Não significa também que os elementos revividos são construções aleatórias, resultado do esforço imaginativo ao gosto pessoal de cada um. O que se afirma é sua condição de portadora de caráter social com a finalidade de sua construção, pois quando invocamos as situações vividas, elas só podem ser corroboradas com os depoimentos dos outros (HALBWACHS, 1990, p.72). Mais ainda: “[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2000, p. 94).

Lima Barreto relatava os acontecimentos na condição de agente envolvido diretamente na ação, ou que os presenciou como testemunha ou das quais apenas tomou conhecimento pela imprensa. Destes, selecionava os aspectos mais significativos conforme sua visão de mundo, sentimento e posicionamento pessoal. Os fatos registrados em algum gênero literário ou jornalístico afetaram-no sobremaneira e, por isso mesmo, foram lembrados. Estes sofreram uma criação no momento de organizar, redigir e publicar os escritos, ou seja, o narrador deixou sua marca impressa nas histórias que nos legou.

Com o reconhecimento da impossibilidade de reproduzir o passado exatamente como aconteceu - a meta da escola positivista alemã - a partir do advento das novas tendências historiográficas, segundo Machado (2005, p. 50), os historiadores elegeram uma nova perspectiva de conceber o processo histórico, não concentrando-se na análise dos feitos dos grandes homens, mas operando um deslocamento com a preocupação de realizar a história dos homens e mulheres comuns.

Por conseguinte, a literatura tem sido utilizada como fonte para o desenvolvimento de pesquisas sobre relações de gênero. Em Lima Barreto, essas relações se apresentam nas diferenças em que são educados pela família homens e mulheres. No romance *Clara dos Anjos* (1956) se verifica o processo educativo que culmina no infortúnio da protagonista seduzida e abandonada por Cassi Jones.

Clara dos Anjos e Cassi Jones encontravam-se em modelos educativos diferenciados. Assim para o narrado do romance, Clara não poderia, com as condições proporcionadas pela família, ter amadurecido e tido o discernimento sobre as intenções de Cassi. Por sua vez, este, com a formação que recebeu, principalmente da mãe, não poderia crescer e agir de outra maneira, “sem nenhuma força moral”. Ambos foram educados para representarem involuntariamente os papéis, com suas particularidades de homem e mulher, respectivamente como Cassi e Clara.

Isso ocorreu porque a introjeção de uma aprendizagem se faz com tanta eficácia no indivíduo, chegando a ser considerada uma segunda natureza (ELIAS, 1993, p. 268). É por isso que se passa a considerar aos olhos do senso comum, determinados comportamentos e valores adquiridos como uma realidade naturalizada, algo imanente ao indivíduo.

Levantava sempre a filha e não a largava de a vigiar, Tinha um enorme temor que sua filha errasse, se perdesse... A não ser com ela, Clara, muito a contragosto da mãe saía de casa para ir ao cinema, no Méier e Engenho de Dentro, e outras vezes – poucas - para fazer compras nas lojas de fazendas, de sapatos e outras congêneres acreditadas nos subúrbios (BARRETO, 1956, v.V, p. 88-89).

A protagonista do romance, por medo que a mãe tinha sobre o que lhe poderia acontecer, vivia sob restrita vigilância. Dona Eugrécia, depois de despertá-la de manhã cedo, “não a largava de a vigiar”. Não deixar Clara sozinha e não permiti-la sair com outras amigas, fazia parte da disciplina familiar. Para Foucault (1999, 177-78) a disciplina é uma modalidade de exercício do poder, que está no cerne das instituições, e no caso específico da família, um modo

de reorganizar seus mecanismos internos de poder (um dia se precisará como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se ‘disciplinaram’, absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de

surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal).

Na relação entre Dona Eugrécia e sua filha, estabeleceu-se uma relação de poder através de uma disciplina, caracterizada por uma grande vigilância da mãe sobre a filha. A maneira como ela exercia essa modalidade de poder, a disciplina, era manter Clara dos Anjos sob seus olhares. E olhares maternos estão posto no cotidiano da casa, nas relações da família, observando os pequenos gestos da filha, aparentemente um olhar sem pretensões de controle, mas de grande eficácia, pois segundo Foucault (1999, p.184), “as disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muitos bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas.”

Entretanto, à medida em que se desloca do contexto social caracterizado pela pobreza de Clara dos Anjos e parte-se para outros lugares sociais, como o da condição social pequeno-burguesa do romance *Numa e ninfa*, em que está situada a personagem Edgarda, as experiências e comportamentos são outros.

Edgarda era ainda bem moça, mas já tinha passado dos vinte anos e viera para Itaoca cheia de uma curiosidade constrangida. Nascida e criada no Rio, tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas, tinha ilusões de nobreza. Acompanhava o pai com certa repugnância; ao mesmo tempo, porém, era atraída pela existência “dessas cidades” que não são o Rio. Essa concepção de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la. Não metera em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família desse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos, ficou-lhe sempre no subconsciente (BARRETO, 1956, v. III p. 35).

Edgarda chega a cidade do Rio de Janeiro “cheia de curiosidade”, mesmo uma curiosidade constrangida, isso a possibilita um posterior desenvolvimento no ambiente que frequenta, nas “rodas senatoriais e burguesas” e permitirá que ela tenha maior discernimento na escolha do seu futuro marido. E uma característica que diferencia Clara dos Anjos de Edgarda era que esta possuía uma esmerada educação escolar. Ambas pertenciam a uma sociedade que mantinha restritos os espaços de participação da mulher, além de impingi-las uma disciplina doméstica que negava os anseios de realizações afetivas e de crescimentos femininos.

Morais (2006, p. 32-33) ao realizar uma pesquisa sobre a trajetória educacional da professora Chicuta Nolasco Fernandes, nos primeiros anos do século XX, constatou que se impunha uma forma de educação às meninas que lhes tiravam todas as oportunidades de perguntar e conseqüentemente aprenderem por meio do diálogo com as pessoas adultas em várias situações da vida doméstica e social. O conhecimento obtinha-se com a observação de hábitos e tabus, pois, “criança não era considerada gente, não emitia opinião nem podia fazer perguntas” e conclui a pesquisadora “o que era uma prática comum na educação das jovens no início do século XX. Sistema de clausura, repressão, ordem e respeito”.

Embora essas personagens estivessem submetidas a condições semelhantes, diferenças de etnia, classe social e escolaridade, faziam com que as experiências fossem vivenciadas com as particularidades de cada uma. Clara dos Anjos teve na entrega amorosa a Cassi Jones uma decepção. Enquanto Edgarda, com a educação recebida pela família e das irmãs de caridade, foi preparada para a escolha do marido por razões de interesse pessoal, que passavam ao largo do sentimento amoroso.

A escola é uma organização social que se encontra no limite cultural do contexto em que ela se insere (ALMEIDA, 2007, p. 47), logo, a escola de elite que Edgarda frequentou reproduzia os valores que a sociedade determinava para sua própria manutenção. A crítica de Lima Barreto concernia ao tipo de formação que ela recebera e incutira-lhe uma falsa percepção de si, relativa a sua posição de classe na sociedade.

Para o narrador, esta sua idéia de nobreza era proveniente da educação recebida, e por isso, reconhece, que ela não pode corrigi-la. Em seguida, certifica-se da inteligência da personagem. Faz uma diferenciação entre comportamento adquirido através da educação e a sua inata inteligência. Esta última, denotada na perspicácia de olhar em profundidade as coisas. Enquanto aquele se constituía a segunda natureza a que se referia Elias, aprendida pela vivência com vários agentes sociais e incutida através das instituições. Em razão da força do **habitus**, ela torna-se mais difícil de modificação, ou na expressão do narrador: “não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la.”

Edgarda, entre os vícios considerados pelo narrador em sua educação e a capacidade intelectual inata, tinha uma prática de leitura. No romance *Numa e ninfa* há uma menção a um hábito de ler adquirido, em que a difere do seu marido, Numa Pompílio de Castro:

A mulher lia, lia muito e ele [O marido, Numa Pompílio de Castro], a princípio, admirou-se muito com aquela leitura. Para quê? Não sabia bem que prazer pudesse ela encontrar nos livros com os quais só lidou pro obrigação... Nada disse, no entanto; ambos se entenderam e ele mesmo, as mais das vezes, se prontificou a trazer este ou aquele volume (BARRETO, v. III, 1956, p 37-38).

Numa Pompílio não entendia o motivo pelo qual a sua mulher se entregava tanto a esta atividade. Sabia que os livros lhes proporcionava um prazer, mas não sabia qual. A sua convivência com Edgarda trouxe-lhe uma mudança, porém não o suficiente para retirar seus preconceitos e arraigados comportamentos. Por injunção da esposa e por querer dar mostras de pessoa culta em razão da profissão de político, passou a ter assiduidade nas livrarias da cidade. Nesses ambientes, na cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX, verificou-se o recrudescimento do seu número, onde convergiam sábios e literatos para animadas conversas (MORAIS, 2002, p 37).

A frequência do deputado Numa Pompílio às livrarias terminou por constituir a sua representação de grande leitor, um homem dedicado ao estudo e de gosto apurado. “Os observadores que o viam nas livrarias, adquirir livros e revistas, começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto” (BARRETO, v.III, 1956, p. 38). Todavia seu desinteresse pelo livro não passava de superficialidade, visto que, desde o tempo de estudante, não apreciava o livro como objeto de transmissão de conhecimento, antes o via na qualidade de instrumento de trabalho fatigoso

que nunca vira um livro. Todo o seu curso fora feito estudando nas apostilas, cadernos e pontos, organizados por outrem. Decorava aqueles períodos mastigados, triturados e os repetia palavra por palavra ao lente. Prevenia-se para a prova, imaginando as perguntas do professor, e organizava as respostas, citando autoridades de vários países (BARRETO, v. III, 1956, p. 31).

O estudo para Numa Pompílio tinha a finalidade de alcançar uma nota para obtenção de êxito nos exames escolares, sem nenhum atrativo. Reduzia-se a reprodução mecânica de frases decoradas para responderem as arguições do professor. Para Edgarda a leitura era fonte de prazer e conhecimento. Na sala de jantar se detinha a ler Anatole France compenetrada (BARRETO, v.III, 1956, p. 67). Isso em virtude da leitura silenciosa disseminada no País a partir do século XIX, em que, conforme Morais (2002,

p. 66), as leitoras não apenas escolhia tempo e lugar para suas leituras, mas também autores condizentes com seu estado de espírito.

Deste modo, podemos compreender a educação como a forma que uma sociedade dispõe de mecanismos de reprodução, na medida que os indivíduos os internalizam, implicando na prática de ações rotineiras e na aceitação de valores como naturalizados. Todavia, os indivíduos não são simples reflexo da estrutura social, podendo com seus atos transformá-la. Concernente a polaridade educação - gênero, a educação é o processo que articula o indivíduo e a realidade social com a finalidade de, historicamente, reproduzir as diferenças entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

LIMA, BARRETO. *Numa e Ninfa*. Romance. São Paulo: Brasiliense, 1956. v. III.

_____. *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Romance. São Paulo: Brasiliense, 1956, v.IV.

_____. *Clara dos Anjos*. Romance. São Paulo: Brasiliense, 1956, v. V.

_____. *Toda crônica*. 1890-1919. Rio de Janeiro: Agir, 2004 a, v. I

_____. *Toda crônica*. 1919-1922. Rio de Janeiro: Agir, 2004 b, v. II.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: A formação do Estado e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1993, v. 2.

MACHADO, Charliton José dos Santos. *A dimensão da palavra: prática de escrita de mulheres*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 2005.

MARX, Karl. *Sobre o Suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATOS, Maria Izilda S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Raquel. (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Chicuta Nolasco Fernandes*. Intelectual de Mérito. Natal: Editorial A República, 2006.

_____. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.